



<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2018: SIC - XXX SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2018
<b>Local</b>	Campus do Vale - UFRGS
<b>Título</b>	Os debates sobre Segurança Pública na Assembleia Nacional Constituinte de 1988
<b>Autor</b>	RHAYLLA HERNANDES FERNANDES
<b>Orientador</b>	FERNANDO FELIZARDO NICOLAZZI

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Autora: Rhaylla Hernandes Fernandes

Orientador: Fernando Nicolazzi

Título: : Os debates sobre Segurança Pública na Assembleia Nacional Constituinte de 1988.

Em 1988, foi promulgada uma nova constituição, que deveria marcar a superação do período antidemocrático pelo qual o país havia passado: a ditadura civil-militar, iniciada com o golpe militar de 1964. Elaborada pela Assembleia Nacional Constituinte; entre 1987 e 1988, trouxe vários avanços no que diz respeito a noção de direitos humanos e direitos do cidadão, tendo sido escrito levando em conta acordos internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil era signatário. No entanto, lembrando-se a Lei da Anistia, que não responsabilizou os agentes do Estado pelos crimes cometidos contra a população durante a ditadura, tornou-se relevante perguntar como os debates sobre segurança pública, atuação da polícia e atuação do exército dentro do Estado se deram após esse período de exceção. Nesse sentido, o presente trabalho, inserido dentro de uma pesquisa maior sobre a constituição de 1988, do Laboratório de Usos Políticos do Passado (LUPPA-UFRGS), pretende analisar, no trabalho da *Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade da Segurança*, da Assembleia Nacional Constituinte de 1987 (uma das várias subcomissões nas quais os parlamentares constituintes se dividiram), as discussões sobre segurança pública, quais temas foram priorizados, quais temas foram ignorados e suas mudanças e permanências em relação ao período ditatorial. Para isso, serão utilizadas como fonte as atas das assembleias públicas que a subcomissão realizou antes da votação do texto constitucional - avaliando os assuntos discutidos, os palestrantes convidados e quais questões discutidas chegaram aos plenários de votação - , também as atas de algumas das votações e os textos constitucionais de 67 e de 88, buscando observar principalmente quais permanências e resquícios de autoritarismo, limitadores da democracia, penetraram o novo texto constitucional, atravessando para além do período da ditadura e deixando marcas na sociedade até hoje.